

# INVESTIGAÇÃO DA INFÂNCIA E CRIANÇAS COMO INVESTIGADORAS: METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS DOS MUNDOS SOCIAIS DAS CRIANÇAS<sup>1</sup>

Natália Fernandes SOARES<sup>2</sup>

Manuel Jacinto SARMENTO<sup>3</sup>

Catarina TOMÁS<sup>4</sup>

RESUMO: A participação infantil assume-se na segunda modernidade como um princípio incontornável em grande parte dos discursos científicos que são produzidos acerca da infância. A Sociologia da Infância, ao considerar as crianças como actores sociais e como sujeitos de direitos, assume a questão da participação das crianças como central na definição de um estatuto social da infância e na caracterização do seu campo científico. Considerar a participação das crianças na investigação é um passo decorrente da construção de uma disciplina das ciências sociais que procura “ouvir a voz das crianças”, isto é, que assume que as crianças são actores sociais plenos, competentes na formulação de interpretações sobre os seus mundos de vida e reveladores das realidades sociais onde se inserem. As metodologias participativas com crianças atribuem aos mais jovens o estatuto de sujeitos de conhecimento, e não de simples objecto, instituindo formas colaborativas de construção do conhecimento nas ciências sociais, que se articulam com modos de produção do saber empenhadas na transformação social e na extensão dos direitos sociais. A investigação participativa com crianças levanta, no entanto especiais dificuldades epistemológicas, relacionadas quer com a alteridade da infância quer com a diversidade das suas condições de existência. O entendimento da “criança” como o outro do adulto decorre do

---

<sup>1</sup> Uma versão em inglês deste texto foi apresentada originalmente na Sixth International Conference on Social Methodology Recent Developments and Applications in Social Research Methodology, Amesterdã, 16-20 Agosto 2004.

<sup>2</sup> Instituto de Estudos da Criança da Universidade do Minho, Portugal. E-mail: [natfs@iec.uminho.pt](mailto:natfs@iec.uminho.pt)

<sup>3</sup> Instituto de Estudos da Criança da Universidade do Minho, Portugal. E-mail: [sarmento@iec.uminho.pt](mailto:sarmento@iec.uminho.pt)

<sup>4</sup> Instituto de Estudos da Criança da Universidade do Minho, Portugal. E-mail: [ctomas@iec.uminho.pt](mailto:ctomas@iec.uminho.pt)

reconhecimento das culturas da infância como modo específico, geracionalmente construído, de interpretação e de representação do mundo. É o trabalho de tradução entre a linguagem das ciências sociais e a linguagem das crianças (com as suas gramáticas culturais distintas) que as metodologias participativas são chamadas a desempenhar, com a conseqüente recusa do etnocentrismo geracional e com a indispensável mobilização de um discurso polifônico, onde a voz das crianças-investigadoras colaborativas perpassa lado a lado com o trabalho interpretativo dos sociólogos da infância. A atenção à diversidade da infância, decorrente de categorias sociais como o gênero, a religião, a etnia, a saúde e o (sub)grupo etário, impõe a recusa de olhares uniformizadores, desafiando a imaginação metodológica a uma aceitação e respeito pelas diferenças e pelos diversos modos da sua comunicação. Assente em trabalhos de investigação em Sociologia da Infância construídos com metodologias participativas, esta comunicação interroga a construção do conhecimento em ciências sociais com e sobre as crianças e a infância, atendendo à alteridade e diversidade, e incluindo o debate ético sobre a produção de saber sobre os mundos sociais da infância.

**PALAVRAS-CHAVE:** criança; direitos; participação; metodologias participativas.

**ABSTRACT:** In the second modernity the childhood participation is assumed as a fundamental principle to a large extent of the scientific speeches that are produced concerning childhood. The Sociology of Childhood, when considering the children as social actors and as citizens of rights, assumes the question of children's participation as central in the definition of a social statute of childhood and in the characterization of its scientific field. Consider children's participation in the research is a recurrent step in the construction of a discipline of social sciences that looks for listen children's voice, that is, that assumes children as full social actors, competent in the formularization of interpretations on its worlds of life and revealers of the social realities in which they are insert. The participative methodologies with children attribute to the youngest, a statute of knowledge citizens, and not of simple object, instituting collaborative forms of knowledge construction in social sciences, which are articulated with ways of pledged knowing production in the social transformation and in the extension of social rights. The participative research with children rises, however, special epistemological difficulties, related with the alterity of childhood and the diversity of its existence conditions. The perception of

children as the “other” of the adult elapses from the recognition of the childhood cultures as a specific way, generationally constructed, of world’s interpretation and representation. It is the translation work between the language of social sciences and the language of the children (with its distinct cultural grammars) that the participative methodologies are called to play, with the consequent refusal of the generational ethnocentrism and with the indispensable mobilization of a polyphonic speech, where the voice of the collaborative child-investigators keep up, side by side, with the interpretative work of the sociologists of childhood. The attention to childhood’s diversity, elapsing from social categories as gender, religion, ethnics, health and age group, imposes the refusal of standardizing looks, defying the methodological imagination to an acceptance and respect for the differences and the diverse ways of its communication. It seats in works of inquiry in constructed Sociology of Childhood with participative methodologies, this communication interrogates the construction of the knowledge in social sciences with and on the children and childhood, taking care of to the alterity and diversity, and including ethical debate on the production to know on the social worlds of childhood. This paper steady in participative research work, developed in the Sociology of Childhood, interrogates the knowledge’s construction of the social sciences with and on children and childhood, considering the alterity and diversity, and including an ethical debate on the knowledge creation about the social worlds of childhood.

KEYWORDS: children; rights; participation; participative methodologies.

## **A INFÂNCIA E AS CRIANÇAS – OBJECTO DE CONHECIMENTO E SUJEITO DE INVESTIGAÇÃO**

Mais do que qualquer outro grupo social, nas ciências sociais e humanas, as crianças foram constituídas como simples objecto de conhecimento, coisificadas no esforço de objectivação com que o positivismo se propõe estabelecer a relação de conhecimento e transformadas no referente desprovido de capacidade reflexiva com que o funcionalismo, nas ciências sociais, e o comportamentalismo, nas ciências psicológicas, preencheram os saberes reflexivos sobre a infância na “ciência normal”.

Há muito que a Antropologia se propôs pensar os povos das sociedades periféricas a partir da “descrição densa” (GEERTZ, 1989) dos

seus hábitos, costumes, estilos de vida e processos de referenciação e significação do real, procurando estabelecer um trabalho de tradução de códigos culturais que se exprime na recusa do tratamento das populações indígenas como objectos do conhecimento e propõe-se entendê-las como sujeitos envolvidos na produção do sentido sobre os seus mundos de vida, sentido esse que importa resgatar e interpretar. Também, a etnometodologia e o interaccionismo simbólico desde há décadas que se ocupam dos grupos sociais marginalizados e excluídos, procurando interpretá-los para além da norma social hegemónica, pondo em relevo os elementos reflexivos com que os actores sociais dos grupos de jovens excluídos, das populações migrantes ou das minorias étnicas conduzem a acção social no quotidiano (BECKER, 1953; WILLIS, 1977). No entanto, no que respeita às crianças – e, em particular, às crianças dos escalões etários mais jovens - o trabalho hermenêutico de interpretação da sua voz é relativamente recente, sendo ainda largamente predominante uma orientação epistemológica que se relaciona com as crianças como se elas fossem desprovidas de capacidade de reflexão da acção e, portanto, como se esta fosse desprovida de sentido ou fosse o reflexo directo da acção dos adultos.

O indutivismo comportamental, a condução de estratégias de investigação experimentais ou quasi-experimentais, a utilização de uma orientação hipotético-dedutiva, que conduz á “laboratorização” dos mundos de vida das crianças e à sua transformação em cobaias, ou a simples referenciação em levantamentos estatísticos conduzidos sob parâmetros que resultam das hipóteses de trabalho dos cientistas e que fazem a economia das interpretações dos actores sociais, constituem as orientações largamente dominantes ainda nos estudos da criança.

O predomínio de concepções epistemológicas que rasuram as interpretações das crianças na acção social, e o facto dos mundos da infância terem permanecido durante décadas relativamente afastados do debate epistemológico anti-positivista que se propõe interpretar a acção humana a partir de uma “dupla hermenêutica” (GIDDENS, 1976), resulta da influência de uma orientação *mainstream*, nos estudos da criança, com base, em larga medida, nas teorias piagetianas, que perspectivam as crianças como seres dotados de uma epistemologia “em trânsito”, percorrendo sucessivas etapas de desenvolvimento, numa lógica cumulativa, linear e progressiva, até atingirem os estádios cognitivos e morais adultos. O construtivismo psicológico coloca sob suspeita o pensamento infantil, porque pressupõe a sua incompletude e imperfeição: é mais de uma falha do que de uma realização que se trata, sempre que

se escuta o significado que as crianças dão aos seus gestos ou experiências<sup>i</sup>. Num certo sentido, o que é inevitável encontrar nesse discurso infantil é o “*frame*” no qual ele previamente foi situado – o estágio de desenvolvimento previamente definido e caracterizado. “Escutar a voz das crianças” consiste, em última análise em escutar a voz do adulto que se revela num discurso previamente interpretado. Desenvolve-se assim um pensamento circular e uma ciência de “certezas” que continuamente se objectiva nos seus resultados.

Mas também as ciências sociais, e a Sociologia em particular, convergiram fortemente nesta orientação dominante, ao pensarem as crianças prioritariamente como objectos ou destinatários de processos de socialização primária e secundária, pelos quais as gerações mais novas adquirem as normas, valores, crenças e ideias do seu grupo social de pertença, sendo induzidas à reprodução social. As ciências sociais nas suas abordagens dominantes, de algum modo, adquiriram como válida e actualizaram a teoria lockeaniana da *tabula rasa*, segundo a qual a infância é a idade da inscrição directa e aproblemática da norma social. Num certo sentido, muito do labor da Sociologia, durante décadas, não constituiu noutra coisa senão investigar este trabalho de inculcação, pelo qual se reproduz a sociedade<sup>ii</sup>.

É, no entanto, importante matizar e relativizar as afirmações precedentes. Se as abordagens dominantes se caracterizam, em traços largos, pelo que foi dito, importa ressaltar que em algumas obras de Piaget se enuncia um esforço de indução, que não sendo suficiente para permitir interpretar o pensamento infantil como um sistema reflexivo que importa estudar a partir de si próprio, não deixa de recusar uma orientação apriorística na interpretação pelos adultos das produções cognitivas das crianças e, sobretudo, se opõe a formas autoritárias e paternalistas na relação de comunicação entre adultos e crianças. De modo semelhante, se as teorias dominantes da socialização rasuraram a acção interpretativa das crianças, não deixaram de criticamente enunciar pertinentemente muitos dos processos mais ou menos ostensivos ou mais ou menos subtis de dominação, de inculcação normativa e comportamental e de exercício da violência simbólica.

O que pretendemos destacar, sobretudo, são os aspectos epistemológicos que se encontram em jogo na investigação dos mundos sociais da infância e - no âmbito do esforço que tem vindo a ser prosseguido, desde há pouco mais de uma década, pela Sociologia da Infância – contrapor: ao entendimento das crianças como objectos de conhecimento social, a perspectiva das crianças como sujeitos do

conhecimento; aos procedimentos analíticos e interpretativos que rasuram ou esvaziam de conteúdo as interpretações das crianças sobre os seus mundos de vida, procedimentos que permitam uma efectiva escuta da voz das crianças, no quadro de uma reflexividade metodológica que recusa o etnocentrismo adultocêntrico; às metodologias que assumem instrumentalmente as crianças como informantes desqualificados, metodologias participativas que assumam as crianças como parceiras na investigação.

## **A PARTICIPAÇÃO INFANTIL**

A participação infantil é, na segunda modernidade, um princípio incontornável nos discursos científicos e políticos que são produzidos acerca da infância. A Sociologia da Infância, ao considerar as crianças como actores sociais e como sujeitos de direitos, assume a questão da participação das crianças como central na definição de um estatuto social da infância e na caracterização do seu campo científico.

Considerar a participação das crianças na investigação é um passo decorrente da construção de uma disciplina das ciências sociais que procura desconstruir a persistente afonia e invisibilidade das crianças nas investigações que ao longo do último século se foram multiplicando sob a égide de tentar compreender a criança, sem nunca considerar essa mesma criança enquanto elemento válido do processo, com voz e opinião acerca do mesmo. A Sociologia da Infância, ao assumir que as crianças são actores sociais plenos, competentes na formulação de interpretações sobre os seus mundos de vida e reveladores das realidades sociais onde se inserem, considera as metodologias participativas com crianças como um recurso metodológico importante, no sentido de atribuir aos mais jovens o estatuto de sujeitos de conhecimento, e não de simples objecto, instituindo formas colaborativas de construção do conhecimento nas ciências sociais que se articulam com modos de produção do saber empenhados na transformação social e na extensão dos direitos sociais.

A investigação participativa confronta-se, no entanto, com algumas dificuldades epistemológicas, decorrentes quer da alteridade da infância, quer da diversidade que compõe as suas condições de existência.

Considerar a alteridade da infância implica ter em linha de conta o conjunto de aspectos que a distinguem do Outro-adulto, o que significa o reconhecimento das culturas da infância como modo específico, geracionalmente construído, de interpretação e de representação do mundo. O contributo das metodologias participativas neste âmbito tenta

desenvolver um trabalho de tradução e desocultação das vozes das crianças, que permaneceram ocultas nos métodos tradicionais de investigação, através de perspectivas geracionais etnocêntricas, onde a incapacidade das crianças é invocada com o argumento de protecção da criança contra a sua própria irracionalidade e incompetência.

O que se recupera com as metodologias participativas é a presença da criança-parceira no trabalho interpretativo, mobilizando para tal um discurso polifónico e cromático, que resulta da voz e acção da criança em todo o processo. O desafio que as metodologias participativas colocam aos sociólogos da infância é duplo: por um lado, um desafio à imaginação metodológica, à sua criatividade, para a definição de ferramentas metodológicas adequadas e pertinentes; por outro lado, um desafio à redefinição da sua identidade enquanto investigadores, descentrando-se do tradicional papel de gestores de todo o processo, para conceber a co-gestão do trabalho investigativo com as crianças.

As perspectivas participativas, sendo interactivas, abertas e intuitivas, permitem ilustrar as singularidades mais significativas dos quotidianos da infância, com profundidade, riqueza e realismo da informação e análise (CHAMBERS, 1994). De acordo com a Convenção dos Direitos da Criança, todas as crianças, em função do seu desenvolvimento etário, são capazes de dar opiniões, sendo-lhe assegurado o direito de o fazerem de uma forma livre; é-lhes também assegurado o direito a serem ouvidas nos assuntos que lhe digam respeito e de uma forma séria. O direito que está contido neste artigo 12 é um direito substantivo, na medida em que diz que as crianças devem ser consideradas agentes activos dos seus quotidianos de forma a participarem nas decisões que as afectam, mas, tal como refere Landsdown (2001, p. 2):

[...] tal como no caso dos adultos, a participação democrática não é um fim em si mesma. É essencialmente o meio através do qual se consegue atingir a justiça e se denunciam os abusos de poder [...], ou seja, é um direito processual que permite à criança enfrentar os abusos e negligências dos seus direitos fundamentais e agir no sentido de promover e proteger tais direitos.

A participação das crianças é para o Comité dos Direitos da Criança um princípio orientador fundamental, ou seja, o seu cumprimento contribui para assegurar o cumprimento de todos os outros. De acordo com Crowley (1998, p. 9): “[...] não é somente um meio para chegar a um

fim, nem tão pouco um processo: é um direito civil e político básico para todas as crianças e é portanto um fim em si mesmo”.

A participação das crianças tem que ser entendida também à luz de novas preocupações éticas, que são particularmente importantes no desenvolvimento de investigação junto de grupos sem poder, como é indiscutivelmente o grupo geracional da infância. Estamos a falar, por exemplo, do respeito pela privacidade da criança e a obrigação do atendimento do seu consentimento ou da recusa em participar na investigação; estamos a falar da eliminação das formas subliminares de influência ou de cooptação das crianças para opiniões ou decisões fundadas na vontade do investigador e não numa iniciativa autónoma dos sujeitos co-participantes; estamos, finalmente, a falar da necessidade de considerar que qualquer indivíduo precisa desenvolver competências para conseguir participar significativamente em qualquer processo, o que implica um esforço de capacitação das crianças para a participação na investigação.

Mesmo considerando que “a participação não é uma campanha política que coloca as crianças em primeiro lugar, tal como propõem os teóricos da libertação, mas sim um processo de construção de uma sociedade inclusiva para os cidadãos mais novos” (MILNE, 1996, p. 41), a investigação participativa com crianças tem uma dimensão irrecusavelmente política, dado que é mais um passo para a construção de um espaço de cidadania da infância, um espaço onde a criança está presente ou faz parte da mesma, mas, para além do mais, um espaço onde a sua acção é tida em conta e é indispensável para o desenvolvimento da investigação. (HERON, 1996).

A investigação é assim considerada como um processo de participação social, no qual é fundamental considerar um equilíbrio mutuamente possível, de autonomia, cooperação e hierarquia com e entre as pessoas, sendo a tomada de decisão partilhada entre todos os parceiros do processo de investigação. É também, um processo de investigação densamente trespassado de significados e valores, em todas as etapas do seu percurso, o que se apresenta como um desafio complexo, na medida em que, os significados e valores que estão aí presentes, terão sempre uma dupla interpretação: a dos adultos e a das crianças.

A investigação participativa com crianças, enquadrada no paradigma participativo de investigação (DENZIN; LINCOLN, 2000), propõe aos investigadores considerar o processo de investigação como uma realidade participada e partilhada. Num paradigma participativo de

investigação, defende-se uma relação participada entre investigador e investigado (HERON, 1996)<sup>iii</sup>, onde o investigado é também um investigador, estabelecendo-se entre os dois uma relação interactiva e aberta à mudança. Metodologicamente, a investigação é considerada como um espaço intersubjectivo, para onde confluem múltiplas formas práticas, conceptuais, imaginárias e empáticas de conhecimento.

Um princípio a ter em conta na investigação participativa é que nenhum método de investigação é intrinsecamente participativo (BOYDEN; ENNEW, 1997), sendo a natureza da investigação não uma questão de técnicas de recolha ou tratamento de informação, mas algo que se centra na orientação estratégica da pesquisa, isto é, algo que se relaciona com as concepções epistemológicas e políticas e éticas, com implicações técnicas. É de poderes, mais do que de "*modus faciendi*", que se trata.

A investigação participativa com crianças deve muitas das suas formulações aos contributos das 'Participatory rural appraisal (PRA) (ALDERSON, 1995). A filosofia de trabalho da PRA foge às características da pesquisa tradicional, profundamente influenciada pelo paradigma positivista, para privilegiar o conhecimento construído participativamente com comunidades cujos níveis de literacia, fracas competências linguísticas e de relacionamento com o poder apelavam à utilização de técnicas mais vividas, mais gráficas e mais concretas de construção do saber, de forma a produzir um conhecimento fundado no saber dos sujeitos e socialmente implicado. A possível identificação do grupo social das crianças com este tipo de atributos - fraco domínio de competências de oralidade e escrita e relações profundamente assimétricas face ao poder dos adultos - levou os sociólogos da infância a considerarem a valorização das variadas formas de expressão infantil, até então esquecidas pela investigação tradicional, com uma efectiva implicação destas no processo. Este enfoque permite pensar em processos de investigação que privilegiam uma parceria entre adultos e crianças na construção quer de dinâmicas, quer de ferramentas metodológicas. As crianças passam desta forma a ser consideradas parceiras presentes na agenda de investigação, não de uma forma manipulada ou decorativa (HART, 1992), mas sim de uma forma genuína e efectiva.

## **PARA UM ROTEIRO ÉTICO-METODOLÓGICO DE INVESTIGAÇÃO PARTICIPATIVA COM CRIANÇAS**

A construção de um percurso de investigação participativa com crianças exige a consideração de alguns aspectos éticos e metodológicos indispensáveis.

Concordando com Boyden e Ennew (1997), quando referem que numa investigação que encare a participação das crianças os princípios éticos que a influenciam não devem estar previamente estabelecidos, mas considerados num processo contínuo de construção, atendendo à idade das crianças, ao seu grau de competência e experiência, ao contexto sócio-cultural e ainda ao género, defendemos que também as ferramentas e opções metodológicas terão de estar em permanente diálogo com a diversidade das interacções que se estabelecem à medida que a investigação se vai desenvolvendo.

Apresentamos agora alguns aspectos que consideramos serem importantes para a organização de investigação com crianças de uma forma participada e informada eticamente.

*A valorização da voz e acção das crianças*, é o indicador essencial, sobre o qual terá que se basear toda a investigação, valorização essa que não admite formas de pseudo-participação infantil (HART, 1992), sob pena de o processo de investigação estar comprometido desde as etapas iniciais.

O acesso aos actores da investigação terá necessariamente que ser um processo que acautele, antes de mais, o princípio da não discriminação na inclusão das crianças, para acautelar as eticamente inaceitáveis exclusões baseadas em critérios de competência, étnicos ou de estatuto social. Para além do mais, a selecção dos participantes deverá decorrer também da implicação das crianças, pois, por vezes, os critérios adultos, apesar de bem intencionados, são enviesados face às lógicas que regulam os quotidianos concretos e as relações sociais no interior dos grupos de crianças com quem se desenvolve o trabalho de investigação.

*O consentimento Informado* é na investigação participativa com crianças um dos momentos mais importantes. Considera-se aqui a informação dada à criança acerca da investigação em causa e o seu consentimento para participar na mesma. Informar as crianças acerca dos objectivos e da dinâmica da investigação (se estes não foram definidos com elas) é um passo essencial, o qual deverá cautelar que tais objectivos e dinâmicas se traduzam em conhecimento válido acerca dos seus quotidianos, experiências, sentimentos e competências. De outra forma, é impossível acautelar a manipulação das crianças na investigação, e a sua subordinação aos interesses do adulto investigador. Para além deste aspecto, interessa considerar o desenvolvimento de investigação deve respeitar as crianças, assumindo que a sua participação é voluntária e que tem toda a liberdade para recusar participarem qualquer momento do processo; significa, outrossim, discutir com as crianças quais as técnicas

de pesquisa que ela considera mais adequadas, ou aquelas com que se sente mais confortável. Para Alderson (1995) o direito ao consentimento tem impacto em todos os outros direitos e a competência das crianças poderem dar o seu consentimento depende em grande parte da possibilidade que tiverem em falar e fazer-se ouvir relativamente a todo o processo.

*A consideração de estratégias e recursos metodológicos plurais e criativos.* Na investigação participativa com crianças é indispensável considerar uma multiplicidade de recursos metodológicos, que permitam tornar audíveis as vozes de todas as crianças, mesmo (ou, sobretudo) aquelas cujo silenciamento forçado pela norma social é maior (nomeadamente as crianças mais pequenas, dos grupos étnicos minoritários, portadoras de deficiência, etc.). Isso depende, prioritariamente, do grau de implicação da criança nesse processo. Mas depende, igualmente, das técnicas e métodos estrategicamente conduzidos de modo a transformar a ocultação e o silenciamento de crianças no direito consentido à afirmação de opinião.

Numa investigação participativa levada a cabo por Soares (2005), é possível identificar três patamares de participação das crianças na investigação:

- O *patamar da mobilização*, identifica um processo iniciado pelo adulto, em que a criança é convidada a participar, sendo encarada como parceira, com possibilidade de escolhas relativamente aos *timings*, à organização do processo e também com possibilidade, ainda que reduzida, de escolha dos temas que atravessam a investigação em causa;
- O *patamar da parceria*, identifica um processo em que implicação da criança na investigação se faz desde logo no *design* da investigação, sendo o processo desenvolvido *ad ovo* por crianças e adultos, e a tomada de decisão relativamente a todos os outros aspectos que caracterizam o processo feito em conjunto;
- O *patamar do protagonismo*, identifica um processo dependente em exclusivo da acção da criança, quer seja na definição dos objectivos e *design*, no *timing* e recursos, encarando-se o investigador adulto como consultor disponível e presente.

Os *dispositivos metodológicos* fundamentais para a recolha e construção da informação pretendida deverão ser escolhidos não aleatoriamente, mas através da ponderação destes três patamares, atendendo à especificidade do que se investiga, à natureza e às questões levantadas pela investigação, ao contexto onde a mesma decorre e à diversidade que caracteriza o grupo dos sujeitos da pesquisa, expressa em

termos sociais, económicos, culturais, mas também etários e de género. A partir desta ponderação, as possibilidades são imensas e decorrem essencialmente da criatividade dos implicados no *design* da investigação, sejam eles investigadores-adultos ou investigadores-crianças (SOARES, 2005).

A *entrevista*, ferramenta metodológica tradicional, pode ser utilizada na investigação participativa com crianças, assumindo dimensões variadas. O aspecto central que distingue a sua utilização no âmbito da investigação participativa é a possibilidade de a criança influenciar o seu formato, a sua orientação ou ainda a sua duração. As entrevistas individuais, nem sempre possíveis com crianças dos escalões etários mais baixos, são mais aconselhadas para crianças mais velhas (MAUTHNER, 1997).

A *observação participante*, ao ser utilizada no âmbito da investigação participativa conjuntamente com outros contributos da criança - como sejam a escrita, o desenho ou ainda as discussões individuais ou em grupo – é também de grande utilidade. Questão que aqui se coloca é a do sentido do que se observa. Nesse sentido, a devolução das notas de observação às crianças permitirá confrontar pontos de vista e construir um conhecimento reflexivamente sustentado na análise de práticas sociais e interações.

A organização de grupos de interesse e pequenos *grupos de discussão*, com crianças que tenham alguma afinidade ou confiança entre elas, é outra estratégia metodológica possível, desenrolando-se a discussão à volta de um número limitado de tópicos de conversa, assumindo o investigador o papel de facilitador, deixando a conversa desenrolar-se entre os sujeitos que nela participam.

A utilização de *registos escritos da criança*, que poderão assumir o formato de ensaios, de diários ou ainda de observações que a criança faz relativamente ao seu quotidiano, ou a aspectos específicos previamente definidos com o investigador, é uma outra ferramenta metodológica, possível de utilização com crianças que dominem a expressão escrita.

A utilização da *fotografia e do vídeo* é na investigação participativa uma alternativa ao registo escrito, o qual, por si só, promove a exclusão de muitas crianças como informantes e investigadoras válidas. Encarar as crianças como competentes para o manuseamento de equipamentos de registo em vídeo e em fotografia é uma atitude indispensável para lhes facultar documentar e tornar visíveis as suas representações acerca do mundo que as rodeia.

A utilização de *técnicas visuais* individuais ou em grupo é uma outra possibilidade, muito comum na investigação participativa em geral, e que no caso da investigação com crianças permite outros formatos de caracterização dos seus contextos de vida. A utilização da cartografia aplicada à infância, por exemplo, permite a recolha de informação acerca das representações sociais que a criança possui relativamente à sua posição na comunidade.

A utilização de *técnicas dramáticas*, de *role-play* ou ainda a observação de situações de faz-de-conta, permitem recuperar representações que por vezes podem ficar ocultas ao olhar do investigador. Com os cuidados éticos indispensáveis, a observação de situações de faz-de-conta, bem como a realização de pequenas dramatizações à volta de um determinado tema, com propostas interessantes, extremamente comuns em crianças mais pequenas, permitem recriar as suas representações acerca dos seus mundos de vida, das ideias e dos sentimentos, retratando de modo específico vivências e práticas sociais, que seria impossível registar com métodos tradicionais.

Na investigação participativa, é possível ainda considerar um conjunto de materiais, que designaremos por *material de estímulo*, os quais poderão utilizar-se como elementos indutores da troca de informações, que permitem ultrapassar situações iniciais de desconforto ou falta de vontade e promover a discussão acerca de temáticas relevantes para a investigação em curso. Referimo-nos, por exemplo, à utilização de fotografias, gravuras, vídeos, narrativas, que, mediante o assunto em questão, permitam organizar contexto de construção de informação mais abertos, mais lúdicos e mais participados.

A *agência das crianças na avaliação do percurso da investigação*. Tal como decorre da dinâmica de todo o processo já descrito, também na avaliação da forma como ele decorreu deve ser considerada a voz das crianças, pois somente desta forma poderá ser feito um balanço mais objectivo das dinâmicas que o compuseram. Na investigação referida recorreu-se a uma estratégia de avaliação do processo em dois momentos: um momento de discussão em grupo, onde se trocaram impressões acerca da dinâmica que tinha norteado a investigação e um momento de avaliação individual, onde as crianças foram convidadas a registar numa folha a sua opinião, depositando-a em seguida numa caixa fechada, designada de “a caixa da justiça” (SOARES, 2005).

A *devolução da informação às crianças*. Para que a participação das crianças trespassasse todos os momentos da investigação será ainda

necessário considerar a sua implicação na revisão crítica da informação que com elas foi construída. Para isso é fundamental a consideração de estratégias alternativas ao registo escrito, quando as crianças que estão implicadas no processo não o dominem (mesmo quando o dominam, poderá ser necessário proceder a alguma adaptação do conteúdo de um relatório final de investigação para uma linguagem acessível a essas mesmas crianças): o fundamental é considerar a participação das crianças até ao momento final de qualquer processo do qual elas sejam parceiras.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O trabalho hermenêutico de interpretação da voz das crianças encontra com a investigação participativa, uma possibilidade metodológica fundamental, a qual permite ultrapassar velhas assumpções sobre a “irracionalidade da infância”, da representação da infância como categoria geracional, caracterizada por um estatuto pré-social, uma forma de pensamento “moldável” e uma presumida heteronomia, inibidora do exercício de direitos participativos próprios.

As ciências sociais, incluindo a própria sociologia, ao não considerarem durante muito tempo este grupo social como objecto de análise, por considerar que as crianças não teriam capacidade de reflexão da acção, contribuíram para a subsistência da exclusão da infância na investigação com crianças, por nunca as considerar como unidade de investigação válida em si mesma ou mesmo como parceiras do próprio processo de investigação, o que acarretou efeitos negativos e dissonantes no conhecimento que foi sendo produzido sobre a ordem social das crianças, essencialmente considerada através de um enfoque adultocêntrico.

A relutância de muitos investigadores a considerar as crianças como actores sociais e como sujeitos de direitos determina algumas das dimensões associadas a este grupo social: a invisibilidade e a afonia. A sociologia da infância tenta desconstruir este quadro através da consideração das metodologias participativas como um recurso metodológico fundamental, no sentido de atribuir às crianças o estatuto de sujeitos de conhecimento e de acção. E ao contrário do que muitos autores afirmam, a existência de outras visões e outras vozes sobre o mundo não é sinónimo de desordem, superficialidade, ou caos metodológico, senão uma última e legítima expressão da própria complexidade e multidimensionalidade do que nos rodeia. Considerando que a forma como se conceptualiza a realidade social é sempre tangencial, pode ser

“atenuada, contudo, por esse constante acariciar do social que as metodologias qualitativas proporcionam” (PAIS, 2002, p. 36).

Em suma, trata-se de considerar e reivindicar as crianças como seres competentes, racionais, no fundo, trata-se de considerar que a criança é parceira na investigação, partilha de todo o processo, integra um espaço intersubjectivo, de forma genuína, efectiva e ética. O que é por si só uma contra-tendência face ao que Becker (1967) denominou por reacção fetichista, a tendência e atitude de alguns investigadores e correntes científicas permanecerem ancorados a “velhas teorias” que não explicam “novos fenómenos”.

## Notas

<sup>i</sup> Para uma crítica à psicologia do desenvolvimento, cf. Burman (1999).

<sup>ii</sup> Para uma crítica às principais teorias da “socialização”, cf. Corsaro (1997), Montandon (1997)

<sup>iii</sup> Os termos originais utilizados pelo autor são *Knower* e *Known*

## REFERÊNCIAS

ALDERSON, P. **Listening to children: children, ethics and social research**. Essex: Barnardos, 1995.

BECKER, H. Whose side are we on? **Social Problems**, 14, p. 239-247, 1967.

BOYDEN, J.; ENNEW, J. **Children in focus: a manual for participatory research with children**. Stockholm: Radda Barnen, 1997.

CORSARO, W. A. **The Sociology of Childhood**. Thousand Oaks. Pine Forge Press, 1997.

CROWLEY, P. Participación infantil: para una definición del marco conceptual. **Seminario La participación de niños y adolescentes en el contexto de la convención sobre los derechos del niño: visiones e perspectivas**, Bogotá, 1998. (polic)

DENZIN, N. K., LINCOLN, Y. S. Introduction. The discipline and practice of qualitative research. **Handbook of qualitative research**. London, Sage Publications, p. 1-29, 2000.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.

HART, R. **Children's participation**: from tokenism to citizenship. Florence: UNICEF, 1992.

HERON, J. **Co-operative inquiry**: research into human condition. London: Sage, 1996.

LANSDOWN, G. **Promoting children's participation in democratic decision-making**. Florence, Innocenti Research Centre, 2001.

MAUTHNER, M. Methodological aspects of collecting data from children: lessons from three research projects. **Children & Society**, 11, p. 16-28, 1997.

MONTANDON, C. **L'Éducation du point de vue des enfants**. Paris. L'Harmattan, 1997

MILNE, B. Children's rights and the changing face of work in the field. **PLA Notes**: 41, 1996.

PAIS, J. M. **Sociologia da vida quotidiana**. Teorias, métodos e estudos de caso. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2002.

SOARES, N. F. **Infância e direitos**: participação das crianças nos contextos de vida – representações, práticas e poderes. Tese. (Doutoramento em Estudos da Criança - Sociologia da Infância). Universidade do Minho, 2005.

SHIER, H. Pathways to participation: openings, opportunities and obligations. **Children & Society**, 15, p. 107-117, 2001.

WILLIS, P. **Aprendendo a ser trabalhador**. Escola, resistência e reprodução social. Porto Alegre, 1991.

Recebido em outubro de 2005.

Aprovado em junho de 2006.